

---

# O papel dos atores institucionais na implementação do Regime Legal da Educação Inclusiva (DL 54/2018)

Ana Carvalho\*<sup>1</sup>, Ariana Cosme<sup>1</sup>, and Amélia Veiga<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto – Portugal

## Résumé

O Regime Legal da Educação Inclusiva (DL 54/2018) inclui pela primeira vez em Portugal, a diversidade das características de todas/os as/os alunas/os num único normativo legal, estabelecendo um *continuum* de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão (MSAI) disponíveis para todas/os. A presente comunicação insere-se no âmbito do projeto de doutoramento "Educação Inclusiva: Políticas e Apropriações", que tem o objetivo de estudar: apropriações do conceito de educação inclusiva; práticas escolares reconhecidas pelos professores como promotoras da participação da comunidade educativa na implementação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão; e perceções de estudantes que usufruem de adaptações curriculares significativas, das suas famílias e de *stakeholders* externos sobre as suas experiências de participação no processo de implementação das MSAI.

**Mots-Clés:** Educação Inclusiva, Políticas educativas, Apropriações, Participação.

---

\*Intervenant